

Educação Sexual e Polii de Leiturização: uma Junção Promissora

Mary Neide Damico Figueiró
Universidade Estadual de Londrina

Como parte de uma pesquisa mais ampla, que procurou analisar toda a produção acadêmico-científica brasileira sobre Educação Sexual, no período de 1980 a 1993, foi identificado que um número significativo de pesquisadores e/ou educadores consideram que realizar Educação Sexual implica ministrar um curso de 30 horas, por exemplo, ou séries de "aulas" (inseridas ou não no currículo escolar), ou até, às vezes, uma palestra, ou um conjunto de palestras.

Como exemplo desta posição, podem ser citados: Costa e Silva et al., 1988; Braz, 1987 e Sucupira, 1988, entre outros.

Falta, pois, a vários pesquisadores e/ou educadores, a visão de que a Educação Sexual "formal" deve ser um trabalho a longo prazo, que precisa ser sistematizado e ter sua continuidade assegurada.

Assim como Estudos Sociais, Inglês, ou outras disciplinas que são repetidas, anos após anos, para reforçar e expandir os conhecimentos, a Educação Sexual formal deve ser revista e ampliada, para que os jovens tenham várias oportunidades de aprender, discutir, ampliar, rever e integrar informações (Jorgenser e Alexander, 1983).

Esta necessidade é indiscutível e se estende também em relação à criança, ao adolescente, ao adulto e ao idoso. Porém, na pesquisa citada no primeiro parágrafo, ficou constatado que isto é muito pouco considerado, no conjunto da produção científica brasileira.

Entre os poucos exemplos encontrados, pode-se incluir a proposição de Conceição (1985), de que os cursos longos, ou de curta duração, sejam realizados várias vezes.

Sua hipótese é a de que "... as séries curtas e repetidas surtem melhor efeito" (p.48).

A inclusão da Educação Sexual no currículo escolar, não seria, necessariamente, o melhor caminho, embora, teoricamente falando, pudesse ser.

Para além da discussão da inclusão ou não no currículo, é preciso um redimensionamento dos programas de Educação Sexual (curricular ou não), onde os mesmos possam e devam ser integrados a outros programas, com o objetivo maior de ajudar o educando em suas necessidades emocionais e intelectuais, com repercussão direta na melhoria da qualidade de vida (Kirby, 1985).

Deve-se, de fato, estar alerta para que a Educação Sexual não seja desenvolvida como um programa à parte, mas que, pelo contrário, esteja vinculada ao contexto escolar como um todo.

Dar oportunidade à escola de criar espaço para concretizar a Educação Sexual dos jovens é possibilitar a ela que assuma a função do questionamento das normas e dos

valores relativos à sexualidade. Em contrapartida, isto pode ter um "efeito dinamizador" das transformações pelas quais a instituição escolar, especialmente a pública, precisa passar (Bruschini, Barroso, 1986).

Esta idéia é defendida, também, por Araguari Chalar Silva (1987), que afirma: "a alternativa (...) pode bem começar com a educação sexual. Sexo é um assunto mobilizador como poucos (...) pode ser a grande força educativa" (p.299).

Os temas relacionados à Educação Sexual são, pois, ricos, no sentido de "abrir caminhos" para o desenvolvimento da criticidade nos educandos e para a conquista da democracia.

O potencial dinamizador da Educação Sexual poderá ser explorado em toda a sua extensão, se for aliado a um trabalho de instrumentalização do educando, para que seja um sujeito ativo em todo o processo de aprendizagem.

Uma das melhores e mais completas formas de se chegar a isso, é através da *formação do leitor*. A medida que o professor desenvolve no aluno o gosto pela leitura e oaju-

da a encarar os livros como fontes de informação, onde ele pode buscar, além do conhecimento e do entretenimento, respostas para muitas dúvidas, o estará instrumentalizando para que possa continuar se auto-educando e se atualizando constantemente, ao longo de sua vida.

Dentre o conjunto de toda a produção acadêmico-científica brasileira sobre Educação Sexual (no período de 1980 a 1993), a visão que se tem, na maioria das publicações, é que se pensa em "dar" Educação Sexual, esquecendo-se de que é preciso criar condições para a formação da autonomia moral e intelectual do educando, isto é, levá-lo a aprender a pensar por si próprio, a adotar com segurança um posicionamento pessoal em relação a valores morais, bem como a tomar decisões.

Um número significativo de textos valoriza o "debate aberto" como estratégia. De fato, isto é imprescindível e deve continuar sendo valorizado.

Schiavo (1993), que escreveu um texto recente, intitulado: "Educação sexual em tempo de Aids", propõe uma metodologia denomi-

nada "Linguagem Total". Apesar de valorizar o diálogo e a troca de informações entre educador e educando, comete um grave deslize, quando afirma que "técnicas de jogos educativos, dramatizações e *brincadeiras substituem exposições e leituras*, tornando o ambiente favorável ao desenvolvimento do processo de mudanças..." (p.395).

Sem descartar a importância das estratégias que o autor defende, sua posição ao longo de todo o texto exemplifica que, apesar de considerar o trabalho de Educação Sexual como uma preparação para a vida, encara-o como algo que tem sua existência apenas momentânea, no aqui e agora, ou seja, como um curso oferecido.

Se não se instrumentalizar o sujeito para continuar se auto-educando, cada vez que emergir um novo problema social diretamente relacionado à sexualidade (tal como a Aids), possivelmente, esse indivíduo irá precisar inscrever-se, mais uma vez, para participar de um algum programa relativo ao assunto.

Não se pode cair em extremos: se por um lado valoriza-se o deba-

te, não é preciso que se repudie a leitura e a aula expositiva, como o fez o referido autor; a aula expositiva pode ser necessária e eficaz em alguns momentos, dependendo do tema e/ou da clientela. Ronca e Escobar (1984) defendem o uso das terminologias "aula expositiva-participativa" ou "expositiva-dialogada" e expõem os fundamentos para uma compreensão mais aprofundada desta metodologia, bem como de seu uso correto.

No Brasil, muitos livros *de* Educação Sexual já se tem publicado; são os escritos (ou traduzidos) para fornecer informações importantes, sobre sexualidade, para o educando. Muitas vezes, nestes livros, podem ser encontradas também reflexões que ajudam o leitor a rever valores sexuais, morais e a desenvolver, enfim, sua criticidade.

Comfort e Comfort (1980), que escreveram para os adolescentes: *ABC do amor e do sexo* (que foi traduzido para o português, no ano seguinte), afirmam que os livros devem ser encarados como "base" para discussões entre pais e filhos e não como "autoridades definitivas". De forma

semelhante, podem ser usados como um importante recurso complementar, nos programas desenvolvidos por educadores sexuais, no contexto escolar, ou mesmo extra-escolar.

Faz parte dos direitos da criança, de acordo com Dallari (1986), o direito de pensar e, para isso, os adultos (pais e educadores), devem, entre muitas coisas, incentivá-la a ter interesse pela leitura e propiciar condições para que ela possa ler bons livros, ao invés de perder muito tempo vendo televisão.

A Educação Sexual e a formação do leitor são pois mutuamente complementares, uma vez que, aproveitando a temática sexualidade, que é um assunto mobilizador (de interesse e curiosidade de pessoas das variadas idades), pode-se, usando os livros *de* Educação Sexual, levar o sujeito a desenvolver o gosto e o hábito da leitura. Em contrapartida, isso reforça a Educação Sexual, podendo constituir-se numa eficaz estratégia que auxilie a suprir a necessidade, já discutida, de levar os educandos a terem repetidas oportunidades de rever, integrar e ampliar seus conhecimentos sobre sexualidade.

Da mesma forma como Barroso (1980) discute a relação entre educação Sexual e democracia, Saviani e Chauí (apud Teodoro da Silva, 1983) discutem a relação direta que há entre a leitura e a democracia, o que comprova a estreita ligação entre a Educação Sexual e a leitura.

Vários são os estudiosos do comportamento de ler que, sob a ótica sócio-política, identificam a leitura como instrumento de acesso aos bens culturais, como meio de compreensão da realidade e de desenvolvimento da criticidade. Entre eles citam-se: Faria (1986), Nidelcoff (1978), Nosella (1981), Teodoro da Silva (1983) e Zilberman (1982).

A escola não pode considerar cumpridas suas metas, apenas, quando participa ativamente dos programas de alfabetização de um número cada vez maior de crianças e adultos. E preciso ir além, e comprometer-se com uma "política de leitura", conforme propõe Jean Foucambert (1992).

Além de todos os educadores, também os próprios bibliotecários devem comprometer-se com essa política, segundo Foucambert, e

concretizar as alternativas que são propostas pelos vários pesquisadores e estudiosos da leitura.

Isso torna possível retomar aqui a questão de que o campo da Educação Sexual pode e deve estar aberto a profissionais das várias áreas científicas, incluindo, por exemplo, o próprio bibliotecário. Através do envolvimento com a política de leitura, este profissional pode contribuir com a Educação Sexual das pessoas e, principalmente, com uma equipe interdisciplinar.

É útil ressaltar que, mesmo nos cursos de preparação do educador sexual, deve-se inserir a "política de leitura", para levar o educador a conscientizar-se da importância da leitura também para sua auto-educação permanente. E preciso que ele a veja como um rico instrumento para reforçar, rever, ampliar e integrar seus conhecimentos, bem como para desenvolver sua criticidade e criatividade.

Finalmente, vale completar dizendo que é urgente ampliar os horizontes da "política de leitura", para além do contexto escolar, como defende o próprio

Foucambert. É uma proposta de "desescolarização da leitura", que significa o empenho na formação de leitores, tanto crianças, como adultos, em qualquer ambiente educativo, não devendo pois limitar-se ao contexto escolar (Smith, 1980).

O plano de integração entre a Educação Sexual e a "política de leiturização", dentro e fora da escola, não pretende impor-se como uma vinculação inflexível, podendo e devendo, evidentemente, serem buscadas outras formas de assegurar mais êxito, tanto a um tipo de trabalho quanto ao outro. É possível crer, porém, que a ação integrada desses dois projetos seja uma proposta que possa resistir ao tempo e alcançar o futuro.

Referências bibliográficas

BARROSO, Carmen. Pesquisa sobre educação sexual e democracia. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.34, p.89-90, ago. 1980.

BRAZ, Marcos Antônio Ribeiro. Comportamento sexual do adolescente. *Reprodução*, São Paulo, n.1, p.87-89, 1987.

BRUSCHINI, Maria Cristina; BARROSO, Carmen. Educação sexual e prevenção da gravidez. In: BARROSO, Carmen et ai. *Gravidez na adolescência*. Brasília: INPLAN/IPEA/UNICEF, 1986. p.29-54. (Série Instrumentos para a Ação,6)

COMFORT, Alex; COMFORT, Jane. *ABC do amor e do sexo: orientação sexual para adolescentes*. Tradução de Silvio Rolim. [s.l.]: Abril Cultural, 1980.

CONCEIÇÃO, Isméri Seixas Cheque. Pelo bem dos filhos de nossos filhos. *Dois Pontos*, Belo Horizonte, v.1, n.4, p.46-48, jul. 1985.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direito de pensar. In: DALLARI, Dalmo de Abreu; KORCZAK, Janusz. *O direito da criança ao respeito*. São Paulo: Summus, 1986. p.27-33.

FARIA, Ana Lúcia de. *Ideologia no livro didático*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1986.

FOUCAMBERT, Jean. *Por uma política de leiturização de 2 a 12 anos*. [s.l.], 1992. Texto traduzido. Apostila.

- JORGENSER, Stephen R.; ALEXANDER, Sharon J. Research on adolescent pregnancy-risk: implications for sex education programs. *Theory into Practice*, [s.l.], v.22, n.2, p.125-133, 1983.
- KIRBY, Douglas. Sexuality education: a more realistic view of its effects. *Journal of School Health*, Kent, V.55, n.10, p.421-424, Dec. 1985.
- NIDELCOF, Maria Tereza. *Uma escola para o povo*. 25.ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- NOSELLA, Maria de Lourdes Chaga Deiró. *As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos*. 4.ed. São Paulo: Moraes, 1981.
- RONCA, Antônio Carlos Caruso; ESCOBAR, Virgínia Ferreira. *Técnicas pedagógicas: domesticação ou desafio à participação*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SCHIAVO, Mareio Ruiz. Educação sexual em tempo de Aids. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). *Educação sexual: novas idéias, novas conquistas*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993. p.391-398.
- SILVA, Araguari Chalar. Educação sexual: um inquérito. *Femina*, São Paulo, V.15, n.4, p.298-299, abr. 1987.
- SILVA, Armando Costa et al. Orientação sexual com adolescentes. *Marco*, [s.l.], v.9, n.5, p.65-72, 1988.
- SILVA, Ezequiel Teodoro da. *Leitura e realidade brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. (Série Novas Perspectivas, 5).
- SMITH, Frank. *Comment les apprennent à lire*. Tradução e seleção de Beatriz Vargas Dornelles. Paris: Retx, 1980. parte: Jean Foucambert. Apostila.
- SUCUPIRA, Ana Cecília S. L. Reflexões sobre um programa de orientação sexual. In: Reunião Anual de Psicologia, 18, 1988, Ribeirão Preto. *Anais...* Ribeirão Preto: Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, 1988. p.563-564.
- ZILBERMAN, Regina. *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.